

# Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e Crise Político-Econômica no Brasil: o Município de Itaboraí pós-2014

## The Petrochemical Complex of Rio de Janeiro and Political-Economic Crisis in Brazil: Itaboraí Municipality after 2014

Wander de Souza Dias Guerra<sup>i</sup>  
Escola Nacional de Ciências Estatísticas  
Rio de Janeiro, Brasil

**Resumo:** O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro foi o bastião do modelo novo-desenvolvimentista brasileiro. O município escolhido para localização do megaempreendimento foi Itaboraí, localizado na Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro. A escolha da RMRJ e do município evidenciou o processo de guerra dos lugares tanto entre regiões quanto entre municípios e é recheada de polêmicas. Apesar de ter vencido a guerra dos lugares e vivenciado ligeiras melhorias, Itaboraí, após em 2014, com a crise político-econômica brasileira começa a vivenciar a perversidade da guerra dos lugares e os limites do modelo novo-desenvolvimentista. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é apresentar brevemente os efeitos da crise político-econômica brasileira no município de Itaboraí, a partir da desaceleração do Comperj e à luz da guerra dos lugares. A partir de uma pesquisa quali-quantitativa, elaborado por meio de entrevistas e visitas técnicas, pôde-se constatar a condição do município no contexto de crise econômica.

**Palavras-chave:** Comperj; Itaboraí; Crise; Brasil

**Abstract:** The Petrochemical Complex of Rio de Janeiro was considered to be the most important example of the Brazilian new-development model. The complex was planned to be one of the largest investments in the history of Petrobras and was situated in Itaboraí municipality, located in the Rio de Janeiro Metropolitan Region. The choice of the municipality as the site of the project was marked by controversy, a war of places and intense competition between regions and municipalities. Despite having won out and having experienced some minor improvement, after 2014 Itaboraí began to experience the perversity of the war of the places and the limits of the new-developmental model as Brazil sunk into a severe political and economic crisis. In this sense, the objective of the article is to understand the current situation of

---

<sup>i</sup> Engenheiro Ambiental – Secretaria Municipal do Ambiente de Guapimirim. Mestre em População, Território e Estatísticas Públicas – ENCE. guerra.wander@gmail.com

Itaboraí after the construction of the Comperj complex stalled and provoked a local crisis. Based on qualitative and quantitative research methods involving interviews and technical visits, the current situation of the municipality after the economic crisis is presented.

**Keywords:** Comperj; Itaboraí; Crisis; Brazil.

## Introdução

Na primeira década do século XXI, graças ao alinhamento político entre o Governo Federal e o Governo Estadual, o Rio de Janeiro retomou o prestígio (perdido em décadas passadas) e voltou a figurar na rota dos investimentos do período novo-desenvolvimentista brasileiro, tendo como principal vetor a cadeia produtiva do petróleo. Com o *boom das commodities* no mercado internacional, o estado do Rio de Janeiro e a sua região metropolitana se tornaram destinos de diversos investimentos públicos, com vistas à melhoria de infraestrutura e ao fortalecimento do setor de petróleo e gás no estado.

Na rota dos investimentos públicos e privados, em 2007, juntamente com o lançamento do Plano de Aceleração do Crescimento, o Governo Federal anunciou a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). O empreendimento, naquele momento, seria o maior investimento da história da Petrobras, a ser construído na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, no município de Itaboraí, coroando e consolidando a posição do Rio de Janeiro no cenário nacional.

Também naquele momento, a escolha do município foi surpreendente, pois não era, dentre outros concorrentes, o município favorito. A escolha deste município é recheada de polêmicas e questões até hoje não respondidas, mas é signo importante da guerra dos lugares – seja num contexto macro (uma disputa nacional entre regiões metropolitanas nacionais e globais), seja num contexto micro (municípios da própria RMRJ).

A partir do ano de 2013, os limites e as contradições do novo desenvolvimentismo brasileiro, ancorado no mercado internacional de *commodities*, começam a ficar evidentes, sendo o estopim de uma crise econômica. Com a intensificação dos problemas econômicos, somada à deflagração da Operação Lava Jato em 2014, se instaura também uma crise política que, em 2016, resulta no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Ainda em 2014 e em 2015 os efeitos da crise político-econômica se alastram pelos estados brasileiros, principalmente devido à perda ou congelamento de investimentos.

No Rio de Janeiro os efeitos da crise político-econômica chegam ainda com mais intensidade, haja vista a dependência dos recursos federais e dos investimentos da União no estado. As consequências das perdas dos investimentos federais resultam em atrasos e desaceleração de obras de infraestrutura e de projetos importantes como o Comperj, e que, em efeito cascata, mudaram o contexto econômico do município de Itaboraí.

Nesse contexto de transformações socioeconômicas, o objetivo deste artigo é apresentar brevemente os efeitos da crise político-econômica brasileira no município de Itaboraí, a partir da desaceleração do Comperj e à luz da guerra dos lugares.

Este artigo foi elaborado a partir de uma pesquisa predominantemente qualitativa e de uma revisão bibliográfica sobre o tema, em conjunto com uma série de visitas técnicas em Itaboraí e entrevistas semiestruturadas aplicadas aos moradores do município. As visitas técnicas ocorreram no município de Itaboraí no período de março de 2015 e dezembro de 2016. As entrevistas semiestruturadas foram elaboradas para a dissertação de mestrado, e aplicadas de forma espontânea durante as visitas técnicas. Estas entrevistas se deram com funcionários do comércio local, moradores próximos ao empreendimento e trabalhadores do Comperj.

Buscou-se utilizar também dados quantitativos sobre a questão do emprego, renda, investimentos, dentre outros dados socioeconômicos, tendo como base pesquisas do IBGE. Por fim, as informações foram compiladas e organizadas na dissertação de mestrado apresentada na Escola Nacional de Ciências Estatísticas, do IBGE, e serão apresentadas neste artigo.

## **Uma Breve Contextualização: a Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro e a Guerra dos Lugares**

Do ponto de vista econômico, desde a década de 1960, quando ainda era capital federal, o Rio de Janeiro sempre foi alvo de significativos investimentos federais, sendo uma economia dependente deste tipo de investimento. Temos por exemplo destes investimentos a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional, a Fábrica Nacional de Motores e a Refinaria Duque de Caxias. Entretanto, a partir da década 1960, o estado do Rio de Janeiro enfrenta um processo de erosão em seu prestígio e importância, que vão desde a mudança da capital federal até a fuga de capitais, resultando em um certo enfraquecimento da sua dinâmica socioeconômica, apesar de ainda figurar como um dos mais importantes estados brasileiros (OSÓRIO E VERSIANI, 2013).

Já na década de 1980 até os meados da década de 1990, com a inversão do processo de crescimento econômico e a crise fiscal que assolou o Brasil na época, a economia fluminense, fragilizada pela histórica dependência de investimentos da União, mergulha em uma estagnação econômica que durou quase duas décadas (OSÓRIO e VERSIANI, 2013).

No final do século XX inicia-se uma mudança significativa em relação ao posicionamento do Rio de Janeiro no cenário nacional. Em 1997, a partir da quebra do monopólio do petróleo pela Petrobras, inicia-se um processo de revitalização da infraestrutura fluminense, com vistas ao potencial de exploração de petróleo da Bacia de Campos. Essa perspectiva transformou o ambiente econômico do Rio de Janeiro, trazendo novas possibilidades de crescimento para a economia fluminense, embora ainda baseado na indústria extrativista (OLIVEIRA e RODRIGUES, 2009).

Nos anos 2000, o Rio de Janeiro, embalado por mudanças no cenário econômico e político nacional, busca consolidar a reestruturação do seu parque produtivo iniciado no final da década de 1990. A reestruturação produtiva do estado se consolida na primeira década do século XXI, e se dá principalmente devido à parcerias público-privadas capitaneadas, novamente, pela União, por meio do investimento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. A cadeia produtiva do petróleo, consolidada

pela exploração da Bacia de Campos (norte fluminense) é o principal fator e o principal vetor para os investimentos que permitiram o desenvolvimento de infraestrutura física no estado, considerando a necessidade de integração da área de produção com a área de exportação (CRUZ, 2014).

A Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro – RMRJ – é a principal região beneficiada com o aumento dos investimentos no estado, e é onde ocorrem verdadeiras reestruturações logísticas e produtivas, pois é nela e a partir dela que se materializa a integração entre o norte fluminense e as demais regiões do Rio de Janeiro – desde a estrutura portuária e industrial na RMRJ até a indústria automobilística no sul fluminense.

Portanto é necessário traçar aqui, neste artigo, uma breve apresentação da RMRJ. Como já dito anteriormente, o processo de metropolização no estado do Rio de Janeiro se deu de forma peculiar, singular. Essa singularidade, para Oliveira e Rodrigues (2009) e Davidovich (2001), se dá, pois a RMRJ surge devido à expulsão das indústrias da cidade central, resultando em um espraiamento acelerado das indústrias do município-sede em direção à periferia imediata. Portanto, a metropolização do estado foi orientada pelas as grandes indústrias, que se tornaram os principais agentes atuantes na reconfiguração do espaço metropolitano, graças ao papel de *ausência intencional* do poder público nesse processo. Destarte, uma vez orientada pelo grande setor produtivo, há um fortalecimento de atores exógenos, alheios às configurações preexistentes e desprendidos de qualquer ligação com as características anteriores da região, com o fito único de inserir a região sob a lógica da competitividade, capacitando-a para a atração de investimentos. A região ainda se tornou destino de uma massa de trabalhadores, que se deslocou para a região e se instalou em áreas próximas às indústrias, contribuindo também para a transformação da metrópole. É nesse contexto que vai se consolidando a segregação socioespacial na região.

Oliveira (2005) enfatiza a segregação socioespacial na metrópole do Rio de Janeiro, evidenciando que é no espaço metropolitano fluminense que se reproduzem de maneira mais intensa os antagonismos das relações de poder, resultando em usos diferentes do território da RMRJ, constituídos de forma desigual e contraditória.

Atualmente, dos 92 municípios fluminenses, 21 estão oficialmente inseridos na Região Metropolitana<sup>1</sup>, conforme ilustrado na Figura 1. A RMRJ, de acordo com o Censo Demográfico (2010), possui 11.835.708,00 habitantes, e é a segunda maior área metropolitana do Brasil, ficando atrás apenas da Região Metropolitana de São Paulo. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi instituída legalmente pelo Poder Público pela Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974, com a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, unindo as regiões metropolitanas do Grande Rio Fluminense e da Grande Niterói.



Figura 1 – Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Fonte: Fundação CEPERJ, 2018.

Para Araújo e Rufino (2014), institucionaliza-se a Região Metropolitana com o objetivo *oficial* e ideológico de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas para atender prioritariamente os interesses dos municípios que a compõem, promovendo um fortalecimento da região.

De acordo com Barral Neto et al. (2008), a guerra dos lugares surge a partir da imposição de uma lógica competitiva do mundo capitalista, em escalas menores, incorporando a cidades e regiões expressões de mercado como eficiência, produtividade, concorrência e lucro. Sendo assim, os países dividem-se em cidades-empresas ou regiões-empresas, que buscam a todo o momento mostrar que são mais eficazes que outras e, com isso, atrair mais investimentos e garantir melhor posição no mercado global. Desta forma, grandes grupos empresariais ganham vantagens de ordem técnica e política, visto que formam contingentes de lugares, que permitem a esses grupos hegemônicos promover chantagem locacional (BARRAL NETO et al. 2008).

Contudo, o valor que um lugar ou região adquire no mercado não é perpétuo e, por vezes, é efêmero. Ou seja, espaços outrora altamente valorizados, ocupados por numerosas empresas, podem deixar de ser atrativos, assim como lugares anteriormente ignorados podem se tornar bem-vistos pelos representantes do capital, desde que comecem a oferecer condições para o aumento das taxas de lucro (BARRAL NETO et al. 2008).

O discurso ideológico sustentáculo da guerra dos lugares ancora-se principalmente no argumento da geração de emprego pela chegada de novas indústrias ou empreendi-

mentos, colocando a população da região sob alternativas infernais: aceitar os empreendimentos e os empregos deles advindos, e por consequência também arcar com os males socioambientais oriundos do mesmo empreendimento, ou recusar os empreendimentos e amargar a ausência de postos de trabalho e o atraso no desenvolvimento (BARRAL NETO et al. 2008; MOYSES, 2016; ACSERALD, 2013).

No estado do Rio de Janeiro há indícios significativos que permitem a aplicação do conceito da guerra dos lugares em diversas esferas e contextos. Tomemos, por exemplo, que o estado do Rio de Janeiro, para retomar o prestígio perdido nas décadas passadas, tem como necessidade ideológica e econômica acirrar a concorrência e competição da sua região metropolitana com demais regiões nacionais e mundiais, com o objetivo de atrair investimentos. Assim também são os municípios dentro da mesma região que buscam se mostrar mais atraentes para os investidores (MOYSES, 2010).

Rigolon (1998) verifica que uma alternativa para uma região se tornar mais atrativa é fortalecer o ambiente de negócios com investimentos públicos em infraestrutura (que podem ser entendidos como externalidades do capital), principalmente em áreas estratégicas como produção de energia, logística e telecomunicações. No Rio de Janeiro, os investimentos públicos sempre foram o principal motor da economia. Entretanto, é a partir do alinhamento político nos anos 2000 que se intensifica os investimentos na infraestrutura da RMRJ, com a retomada de megaempreendimentos, para levar o Rio de Janeiro e o Brasil a figurar de forma relevante no mercado global de regiões.

## **O Plano de Aceleração do Crescimento e o Comperj: Signos do Novo-Desenvolvimentismo Brasileiro**

Na chegada do século XXI, o debate acerca da estratégia sobre o desenvolvimento brasileiro retomou força graças ao fracasso conjuntural das políticas neoliberais das décadas de 1980-1990. Dito isso, faz-se necessário entender por que a estratégia chamada novo desenvolvimentista voltou ao cenário econômico nacional como importante modelo de desenvolvimento e, para isso, faremos um breve histórico da economia nas últimas décadas.

No início do século XXI, resgata-se o termo novo-desenvolvimentismo como via estratégica de desenvolvimento, distanciando-se discursivamente das práticas neoliberais do Consenso de Washington (das décadas de 1980 e 1990) e do nacional-desenvolvimentismo (dos anos 1930 e 1960), ao mesmo tempo em que dava-se nova cara e resgatava aspectos estruturais destes mesmos modelos dos quais queriam afastar-se.

Para Bresser-Pereira (2010), o novo desenvolvimentismo é uma estratégia nacional de desenvolvimento fundamentada na macroeconomia keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimento. Essa estratégia tem como pilares a defesa do Estado forte e também de um mercado forte e não vê nenhuma contradição entre eles, atribuindo ao Estado funções como o investimento em certos setores estratégicos. No entendimento de Mattei (2011), o novo desenvolvimentismo representa um ideário que busca valorizar a política e as instituições enquanto estratégias de construção de um projeto de nação, que se materializam por meio de políticas econômicas que buscam romper com o pensamento surgido com o Consenso de Washington.

O Brasil do século XXI se viu obrigado a adotar medidas econômicas e um modelo de desenvolvimento que atendessem a interesses diversos, o que gerou ligeiras melhorias e diversas contradições. A peculiaridade da economia brasileira – e dos demais países da

América Latina – é que o crescimento econômico foi baseado principalmente na exportação de *commodities*<sup>2</sup>. Ou seja, a economia brasileira no século XXI aprofundou suas raízes na exploração dos recursos naturais, o que se denominou como neoextrativismo.

Milanez e Santos (2013) entendem o neoextrativismo como um conjunto de ações estratégicas de desenvolvimento fundeadas na remoção e extração de um volume significativo de recursos naturais, com baixo valor agregado, a ser comercializado no mercado internacional. Para Svampa (2011), o neoextrativismo foi a força motriz que impulsionou os projetos novo-desenvolvimentistas latino-americanos, a partir do fortalecimento das capacidades estatais, e reforçou o modelo neocolonial, estruturado na apropriação e na destruição dos recursos naturais.

Com o bom momento na economia em 2007, lança-se a primeira parte do Programa de Aceleração de Crescimento, o PAC, materializando a estratégia novo-desenvolvimentista do Estado brasileiro de aprofundamento da exploração de bens naturais, principalmente o petróleo. Além disso, o PAC assumia para si os investimentos na infraestrutura nacional, sob a alegação de promoção do crescimento acelerado e sustentado. Contudo, o PAC tem a nítida função de baratear os custos de produção e criar condições que garantam alta rentabilidade para trazer investimentos privados e internacionais. Buscaram-se também estimular as conhecidas Parcerias Público-Privadas, as PPPs (MARQUEZINO e ARAÚJO, 2014; VIEIRA, 2015; RODRIGUES e SALVADOR, 2011).

O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro é um dos investimentos que surgem graças ao PAC. Um dos maiores investimentos da Petrobras, um complexo petroquímico, ao ser anunciado que seria instalado no Rio de Janeiro, deixou nítido que o estado voltava a ser uma das mais importantes unidades federativas no que diz respeito à economia nacional. O Comperj trouxe consigo incrementos de infraestruturas, para colocar o estado do Rio de Janeiro de vez no rol de estados mais importantes do mundo. Um dos ativos mais relevantes é o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro (conforme Figura 2), pensado na década de 1970, mas implementado devido ao PAC e impulsionado pelo Comperj (VIEIRA, 2015; CONCREMAT, 2007).



Figura 2 – Arco Metropolitano do estado do Rio de Janeiro.

Fonte: CONCREMAT, 2007.

Logo, o Comperj trouxe em seu bojo concepções sobre o desenvolvimento, modernização e sustentabilidade, numa clara estratégia de fomentar a chegada de novos ativos para o estado e a RMRJ.

Contudo, em meados da segunda década do século XXI, os limites do novo-desenvolvimentismo vão ficando mais evidentes. Isso se dá porque os preços das *commodities* no mercado internacional, principalmente o preço do barril do petróleo, que começam a cair a partir de 2011 (RUGITSKY, 2016; ACOSTA, 2011).

Num cenário internacional pouco interessante no que diz respeito ao mercado de *commodities* somado à acentuada desvalorização da moeda brasileira frente ao dólar ainda em 2015, a economia brasileira entrou em recessão, com o PIB recuando em 3,8%, maior queda desde 1990. A crise econômica, por sua vez, foi pano de fundo para também uma crise política. No período da bonança externa e de crescimento econômico brasileiro, a legitimação do modelo novo-desenvolvimentista e do neoextrativismo se deu sem maiores problemas. A partir da reversão do *boom* das *commodities* e da desaceleração da economia, os conflitos entre as classes vieram às claras. O setor industrial brasileiro, enfraquecido pela dinâmica econômica nacional, acabou tendo seus interesses interpenetrados com interesses financeiros, que por sua vez refletiram também na crise da hegemonia política, quando as tensões entre o empresariado e o governo aumentaram consideravelmente e resultaram no processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2016 (RUGITSKY, 2016).

A crise e a desaceleração da economia, somadas à instabilidade política e à queda do preço do petróleo, tiveram efeito significativo nos investimentos do Governo Federal no Comperj. O empreendimento que deveria ser um dos maiores do Brasil acabou sendo reduzido e suas obras atrasadas, conforme quadro.

Quadro 1 – Resumo das mudanças no planejamento do Comperj – Relatório Anual de Atividades da Petrobras.

PERÍODO	CONTEXTO E DIAGNÓSTICO DA PETROBRAS
2006 – 2009	O Comperj tem papel de destaque. A Petrobras enfatiza a capacidade de produção de 150 mil bpd de petróleo pesado, destacando como estratégica a redução da importação de derivados, como a nafta. O projeto contava ainda com a unidade petroquímica básica, central de utilidades e unidades de segunda geração, centro de capacitação de empresas e trabalhadores e central de escoamento de produtos líquidos. Em 2007, é entregue à Feema o EIA-RIMA. Previsão para o fim da terraplanagem em 2008. Previsão do início de operação: 2012.
2010	Continuidade na obra do Comperj. Refinaria do Comperj é programada para operar em duas fases: a primeira, prevista para o final de 2013, com capacidade de processamento de 165 mil bpd de óleo, e a segunda, em 2018, elevando a capacidade para 330 mil bpd de petróleo. As unidades petroquímicas do Comperj, com início de operação previsto para 2017, produzirão petroquímicos básicos e associados.

PERÍODO	CONTEXTO E DIAGNÓSTICO DA PETROBRAS
2011	A refinaria do Comperj é programada para operar em duas fases: a primeira, prevista para 2014, com capacidade de processamento de 165 mil bpd de óleo, e a segunda, em 2018, elevando a capacidade para 330 mil bpd de óleo.
2012	Primeira fase de refino do Comperj programada para 2016. Objetivo de manter as metas de capacidade de refino do plano anterior, buscando para as novas refinarias em avaliação o alinhamento com métricas internacionais.
2013	Destaque para o primeiro trem de refino do Comperj. A refinaria do Comperj é ainda programada para entrar em operação em duas fases: a primeira, a partir de 2016, com capacidade de processamento de 165 mil bpd de óleo. Contudo, a segunda etapa, ainda em avaliação, deverá elevar a capacidade total da unidade para 465 mil bpd de óleo. Investimento de R\$ 8 bilhões na implantação da primeira fase do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).
2014	A companhia optou por postergar as obras do Comperj, devido a mudanças no contexto dos negócios da companhia. Alguns dos fatores que influenciaram na postergação foram a redução das receitas operacionais esperadas no futuro, o declínio dos preços do petróleo, a desvalorização do real e o impacto da “Operação Lava Jato”, insolvência de empreiteiras e fornecedores, com carência no mercado de fornecedores qualificados disponíveis; Reconhecimento de perda por desvalorização no valor de R\$ 21.833. Sem previsão de conclusão.
2015	Reestruturação do modelo de negócios incluindo parcerias para a conclusão do projeto do primeiro trem da refinaria do Comperj. As obras da central de utilidades do complexo seguem em andamento para dar suporte à partida da unidade de processamento de gás natural. Foco na implantação das facilidades que irão atender à unidade de tratamento de gás natural. <i>Impairment</i> de R\$ 5.281 milhões, principalmente em função do aumento da taxa de desconto e nova postergação da expectativa de entrada de caixa do projeto. Sem previsão de conclusão.

Fonte: Petrobras, 2006; Petrobras, 2007; Petrobras, 2008; Petrobras, 2009a; Petrobras, 2010; Petrobras, 2011a; Petrobras, 2012a; Petrobras, 2013; Petrobras, 2014; Petrobras, 2015a.

Por fim, temos o Comperj como signo das estratégias novo-desenvolvimentistas brasileiras no século, desde o seu *boom* até seu declínio. Em outras palavras, o Comperj possui um caráter dialético: na sua concepção é a saída para a crise do capital internacional; atualmente, é um dos signos da crise político-econômica brasileira. Para Iasi (2010), a crise do capital é sentida pela sociedade em geral, no momento em que o

capital está se movendo para superação desta mesma crise. Tal afirmação é nítida com o enfraquecimento do empreendimento, que mais uma vez, traz luz sobre os limites de uma economia neoeextrativista, com baixa autonomia e grande dependência, e um Estado subordinado aos interesses da classe hegemônica, que revela verdadeiros desafios à sociedade brasileira.

### **Itaboraí: da Escolha do Município à Deserdação dos Investimentos**

Para Santos (2000), resumidamente, competir é uma necessidade largamente aceita e difundida, e desobedecer a esse imperativo implica diretamente na perda de posições no mercado ou até no desaparecimento do cenário econômico.

Portanto, o Comperj jamais iria ser negado por qualquer ator político da região, principalmente por causa da sua lógica modernizadora e desenvolvimentista, sob o risco de fazer com que o Rio de Janeiro e a Região Metropolitana deixassem de figurar como atraentes no mercado globalizado de cidades e regiões. O próprio empreendimento, em seu estudo de impacto ambiental, assume pra si a responsabilidade de reverter o processo de esvaziamento econômico do estado (CONCREMAT, 2007).

Nesse caso, não era possível para os agentes políticos e econômicos da Região Metropolitana ser desfavoráveis a qualquer determinação econômica ou alocação de um grande empreendimento, já que, na guerra dos lugares, a única regra é a conquista de melhor posição. Ou seja, os gestores municipais de Itaboraí, município da região metropolitana, sob a lógica da competitividade, viram-se “obrigados” a aceitar o empreendimento, com o objetivo de inserir-se no varejo de cidades, mesmo que isso não garantisse melhorias significativas e/ou benesses para a população.

A alocação do Comperj no estado do Rio de Janeiro ocorreu devido a uma campanha motivada pela percepção de que a chegada de um empreendimento desse porte representaria um vetor de desenvolvimento para o município, para a Região Metropolitana e para o próprio estado.

O debate acerca do local a ser instalado o complexo deu-se entre os municípios de Itaboraí, Campos dos Goytacazes e Itaguaí. Itaboraí foi escolhida com a alegação de facilidades logísticas e oportunidades de negócios da RMRJ, somadas aos interesses políticos envolvidos na escolha locacional, objetivando aumentar os lucros e diminuir gastos da Petrobras, em detrimento do aspecto social e ambiental (SOARES, 2007).

Há um consenso dentro dos órgãos ambientais de que a escolha do local foi motivada por aspectos políticos e econômicos, conforme constataram Faustino e Furtado (2013).

De acordo com as autoras, a questão política trata de que Campos dos Goytacazes se constitui um reduto eleitoral da família do ex-governador do estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho e, portanto, não havia interesses do Governo Federal em realizar investimentos vultosos no município cujos representantes defendiam interesses políticos divergentes dos Governos Federais e Estaduais. No aspecto econômico, em Campos dos Goytacazes o Complexo seria instalado em uma região de plantação de cana, o que eliminaria a necessidade de supressão de vegetação natural e as implicações em unidades de conservação. Contudo, optou-se por não entrar em conflito com os fazendeiros e usineiros (falidos) de cana que hoje não passam de concentradores de terras urbanas e rurais, evi-

denciando, assim, uma escolha que parte de uma disputa entre grupos sociais diferentes e em situações diferenciadas de poder, o que nos indica uma escolha permeada também por injustiças ambientais e com forte componente classista (FAUSTINO e FURTADO, 2013).

No período de anúncio do empreendimento e do início das obras, entre 2007 e 2013, sob o clima de crescimento econômico, expansão de negócios, especulação imobiliária e aumento de investimentos, o município de Itaboraí se tornou destino de muitos trabalhadores e investidores. Para os trabalhadores, o Comperj seria capaz de gerar cerca de 170 mil empregos diretos e indiretos; 75 mil na área de região de influência direta e 65 mil na área de influência indireta. Para os investidores, Itaboraí era o palco de uma das maiores obras públicas e símbolo do sucesso do novo desenvolvimentismo brasileiro. O município que outrora tinha um papel de pequena relevância, fosse ao cenário estadual ou nacional, agora figurava no case de diversos investidores nacionais e multinacionais, pela perspectiva de retorno lucrativo acelerado (BENAVIDES et al., 2009; CONCREMAT, 2007; FIRJAN, 2008).

Durante o *boom* do Comperj, o município teve ligeiras melhoras socioeconômicas. Usando dados exclusivamente econômicos, podemos perceber, por exemplo, que de 2006 a 2014, houve um aumento no incremento da participação da economia de Itaboraí no estado do Rio, com destaque para a indústria e o aumento na geração de emprego e renda como indicarão os gráficos que virão a seguir (GASPAR e AGUIAR, 2015; Firjan, 2016; IBGE, 2016).

Contudo, Milton Santos já avisara que o capital deserda cidades na mesma velocidade que os descobre. A desaceleração econômica somada à crise política e à queda do preço do barril do petróleo em cenário mundial fez com que o Brasil caminhasse para a recessão, o que afetou diretamente o município de Itaboraí.

Apesar de ter sido vencedor da guerra dos lugares, alheio a todos os riscos ambientais e sociais, e de ter se adequadado às regras da globalização perversa, Itaboraí não gozou da prosperidade prometida na época do anúncio do Comperj. Santos (2007) alerta que o capital “escolhe lugares aqui e ali, hoje e amanhã, em função das respostas que imaginam poder ter [...] e deserdam esses lugares quando descobrem que já não podem oferecer tais respostas (p. 19)”. O município metropolitano experimenta hoje esse processo, pois vem passando por transformações profundas desde o anúncio da escolha do município para a instalação do Comperj até o presente momento.

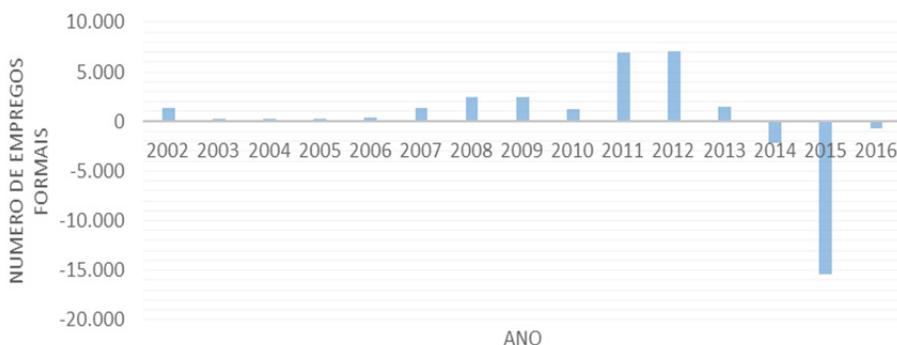
Atraso significativo das obras com postergação de investimentos, a redução da planta do Complexo para apenas refinaria, aumento do desemprego e não consolidação do polo industrial tornou-se a realidade do Comperj e de Itaboraí (GASPAR e AGUIAR, 2015). Sendo assim, o município, que aguardava um futuro de grandes ganhos econômicos e sociais, se deparou com a ascensão do desemprego e do abandono de investimentos.

De 2007 a 2013, houve aumento do emprego formal no município. Contudo, com a desaceleração do Comperj e a consolidação da crise econômica brasileira, em 2014 o número de empregos formais começa a declinar. Em 2015, no pico da crise, o município perdeu mais de 15 mil postos de trabalho formais, conforme dados do CAGED, devido à paralisação de obras do Complexo, ilustrados na Figura 3 (CAGED, 2016).

Outro aspecto a ser considerado como reflexo da crise do município é o fechamento de empresas. Em 2015 e 2016, de acordo com dados da Confederação Nacional do Co-

mércio de Bens, Serviços e Turismo, 512 micros e pequenas empresas fecharam as portas no município. Esse número é superior ao somatório de micro e pequenas empresas que fecharam no período de 2010 a 2014, que totalizaram 333 fechamentos (CNC, 2017).

Figura 3 – Evolução do emprego formal de janeiro a dezembro de cada ano em Itaboraí, com ajustes.



Fonte: CAGED, 2016.

Ainda no que tange ao setor empresarial, de acordo com o Cadastro Central de Empresas, fornecidos pelo IBGE, após crescimento constante no número de unidades empresariais, a partir de 2013, há um viés de queda. Considerando algumas atividades mais importantes como hotelaria, construção e indústria de transformação, é possível verificar viés de queda em todas elas, conforme pode ser verificado na Figura 4.

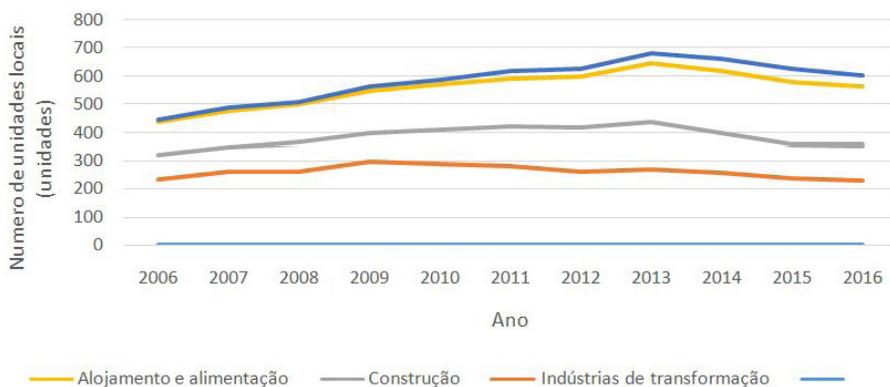


Figura 4 – Número de unidades locais, por atividade, entre 2006 e 2016.

Fonte: Cadastro Geral de Empresas. IBGE. 2018.

Percebendo a perda de investimentos e a fuga do capital, diversos foram os movimentos de trabalhadores e do Poder Público local para a retomada do empreendimento.

Em matéria veiculada pelo jornal *El País*, no dia 29 de julho de 2015, as palavras de Helil Cardozo, prefeito do município de Itaboraí no período de 2012 a 2016, mostram o descontentamento com a diminuição do ritmo do empreendimento:

Riram da população e dos investidores que acreditaram nessas palavras [sobre o Comperj]. Disseram que iríamos ser a segunda renda mais alta do estado do Rio de Janeiro. Foi uma piada de mau gosto [...] Antes do Comperj, éramos um Fusquinha com combustível. Passamos a dispor de uma Ferrari que ia a toda a velocidade, mas que agora não tem nem gasolina nem pneus (ARAUJO, VECIANA, 2015).

Em outra matéria, desta vez para a BBC Brasil, em 26 de junho de 2016, as palavras de Helil Cardozo dão ainda mais destaque à decepção com o Comperj. Nas palavras do político, o “sonho virou um grande pesadelo para a cidade”.

Não obstante, nada mudou até o presente momento, o panorama do município não mudou. Vários veículos da mídia noticiaram o abandono de Itaboraí.

Em visitas realizadas ao município no período de novembro de 2016 a janeiro de 2017, verificamos que um shopping, o Itaboraí Plaza, construído às margens da BR-101, que possui infraestrutura com mais de 60 lojas luxuosas e praça de alimentação de ponta, se encontrava vazio em todas as ocasiões. A praça de alimentação, em pleno horário de almoço, ostentava lugares vazios. O hotel construído junto ao shopping nem sequer foi inaugurado. O estacionamento com capacidade para milhares de carros também estava vazio, signo do esvaziamento econômico. O empreendimento ainda possui 156 unidades residenciais, duas torres comerciais, que deveriam estar ocupadas por gerências de empresas que chegariam a Itaboraí.

No centro do município, a desolação é a mesma. Grandes prédios comerciais com incontáveis lojas vazias, cartazes de “vende-se” ou “aluga-se”. Empreendimentos de grandes redes hoteleiras, como o Íbis, trabalham na menor capacidade de atendimento. Prédios corporativos com infraestrutura de ponta tornaram-se grandes elefantes brancos na paisagem de Itaboraí, como o Helix Business Center, composto por duas torres comerciais com 156 salas e um hotel com 108 quartos, além de 57 lojas, que funcionam em sua menor capacidade. Corrobora com esse cenário um levantamento realizado pela Câmara dos Dirigentes Lojistas, divulgado no jornal *O Globo* (CARDOSO, 2018), que verifica que a atividade comercial despencou quase pela metade, e mais de 700 lojas fecharam, o mercado imobiliário esfriou, os preços dos imóveis caíram quase 45% nos últimos 3 anos, e o comércio da cidade encolheu mais de 40%.

No rosto e nas falas da população local, principalmente comerciantes, moradores do entorno e trabalhadores de lojas no centro comercial, é evidente a frustração e decepção. A maior parte dos munícipes culpa a “falência” do Comperj pela estagnação do município. Afirmam o tempo todo que o município está perdido, abandonado à própria sorte após a paralisação das obras. A sensação da população é justificada. Conforme dados do Cadastro Central de Empresas, a renda da população do município diminuiu. Em 2016, o rendimento médio da população voltou a patamares de 2006, antes do empreendimento e com viés de queda, conforme pode ser visto na Figura 5.



Figura 5 – Salário médio mensal em Itaboraí.  
Fonte: Cadastro Geral de Empresas. IBGE. 2018.

Além disso, obras inacabadas e esqueletos de construções surgem na paisagem urbana do município. Estruturas abandonadas, equipamentos de infraestrutura danificados e construções por terminar refletem a situação de estagnação do município.

## Considerações Finais

À guisa de conclusão, podemos observar que a Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro é uma das regiões mais importantes do país, figurando também em uma das regiões mais importantes do mundo. Contudo, os próprios municípios que a compõem possuem características singulares, o que promove uma disputa entre eles, além da disputa já consolidada entre a RMRJ e demais regiões do mundo globalizado, por investimentos públicos ou privados. Nesse sentido, esse processo retoma aquilo que é denominado de guerra dos lugares, evidenciada e materializada pelo Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

Portanto, o Comperj é o signo maior da guerra dos lugares, que buscou trazer a Região Metropolitana para a nova arena de embates entre regiões no mundo. Ao mesmo tempo, os investimentos fizeram com que na própria Região Metropolitana a competitividade entre seus municípios fosse acirrada, contrapondo o objetivo de integração da RMRJ, e colocando a lógica do mercado acima da lógica do bem comum.

Entretanto, a crise político-econômica brasileira afetou de forma significativa o município de Itaboraí. O que se esperava de desenvolvimento para o município não passou de uma ilusão derrubada pela derrocada do empreendimento. Apesar de todas as expectativas positivas trazidas pelo empreendimento, o empreendimento acabou se tornando um exemplo do fracasso do novo desenvolvimentismo, afetando diretamente a vida e o cotidiano de milhares de pessoas que viam no Comperj uma oportunidade de crescimento econômico, dispostos a sacrificar outros aspectos da vida para viabilizar o empreendimento.

Com as mudanças políticas recentes, o Comperj provavelmente voltará à pauta, graças ao seu tamanho. Veremos então se o empreendimento irá, de uma vez por todas, iniciar as atividades e trazer os benefícios prometidos para a população.

## Referências Bibliográficas

ACOSTA, A. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (orgs.). *Descolonizar o imaginário: debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. Editora Elefante. Fundação Rosa Luxemburgo. Brasil, p.46-85, 2011.

ACSELRAD, H. Liberalização da economia e flexibilização das leis – o meio ambiente entre o mercado e a justiça. *Revista de Educação, Ciências e Matemática*. Duque de Caxias, v. 3, n. 3, p. 62-68, 2013. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/recm/article/download/2549/1199>>. Acesso em: 26 set. 2016.

ANDRADE FILHO, J. M.; BARROS, E. B. M.; FRANCISCO, C. N. A. C.; PIRES, I. O. Diagnóstico dos instrumentos legais de gestão territorial da área de influência do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – Comperj. In: XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Natal, Brasil, 25-30 abril 2009, INPE, p. 3447-3453. *Anais Eletrônicos...* Natal: INPE, 2009. Disponível em: <<http://marte.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2008/11.17.23.28/doc/3447-3453.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

ARAUJO, E. C.; RUFINO, W. B. A especialização do espaço na escala metropolitana – CONLESTE: utopia ou uma forma de blindagem aos impactos do COMPERJ. In: III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. *Arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva*. São Paulo, 2014. *Anais eletrônicos...* Disponível em: <<http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/hm/artigos/st-st-epc-007-3-araujo.rufino.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2016

BARRAL NETO, J. F.; PASSOS, W. S.; SILVA NETO, R. O petróleo como grande financiador da “guerra de lugares”: o caso dos municípios da Bacia de Campos – RJ. *Cadernos IPPUR*, v. 22, n. 2, p. 185-216, ago./dez. 2008. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ippur/issue/download/292/101>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

BBC. A decepção na cidade fluminense que esperava prosperar com o petróleo. BBC Brasil, jun., 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36385300>>. Acesso em: 14 jan. 2017

BENAVIDES, Z. C.; CINTRÃO, R. P.; FIDALGO, E. C. C.; PEDREIRA, B. C. C. G.; PRADO, R. B. *Consumo e abastecimento de água nas bacias hidrográficas dos rios Guapi-Macacu e Caceribu – RJ*. Série Documentos, n. 115. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2009, 158p.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. 2010. Disponível em: <[http://www.bresserpereira.org.br/papers/2012/12.Do\\_antigo\\_ao\\_novo\\_desenvolvimentismo.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/papers/2012/12.Do_antigo_ao_novo_desenvolvimentismo.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2016.

CARDOSO, L. Após três anos parado, Comperj volta a contratar. *O Globo*. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/economia/apos-tres-anos-parado-comperj-volta-contratar-22740387>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMERCIO (CNC). Estatísticas sobre a mortalidade de micro e pequenas empresas. Itaboraí, 2017. Disponível em: <http://empresometro.cnc.org.br/Estatisticas>. Acesso em: 07 jan. 2017.

CONCREMAT. Relatório de Impacto Ambiental do Comperj. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.COMPERJ.com.br/Util/pdf/rima.pdf>. Acesso em: 01 de mar. 2013.

CRUZ, B. O. A influência dos novos empreendimentos da metrópole do Rio de Janeiro na bacia do rio Imboáçu – SG. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. A AGB e a Geografia Brasileira no contexto de lutas sociais frente aos projetos hegemônicos. Vitória, 2014. *Anais Eletrônicos...* Vitória: AGB, 2014. Disponível em: [http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1405768917\\_arquivo\\_ainfluenciadosnovosem-preendimentosdametropoleoriodejaneironabaciadorioimboacu\\_sg\\_.pdf](http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1405768917_arquivo_ainfluenciadosnovosem-preendimentosdametropoleoriodejaneironabaciadorioimboacu_sg_.pdf). Acesso em: 19 jul. 2016.

DAVIDOVICH, F. Metrópole e território: metropolização do espaço no Rio de Janeiro. *Cadernos Metrópole*, n. 6, p. 67-77, 2001. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/viewFile/9269/6875>. Acesso em: 03 jul. 2016

FAUSTINO, C.; FURTADO, F. Indústria do petróleo e conflitos ambientais na baía de Guanabara: o caso do Comperj. *Relatório da Missão de Investigação e Incidência*. Plataforma Dhesca – Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente. Rio de Janeiro, 2013.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). COMPERJ: Potencial de desenvolvimento produtivo: estudos para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. *Estudos para o Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro*, n. 1. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2008. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=2C908CE9215B0DC40121737C11980860>>. Acesso em: 05 ago. 2016

FUNDAÇÃO CEPERJ. Mapa da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: < [http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info\\_territorios/div\\_poli/maparj2018RMRJ.png](http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/div_poli/maparj2018RMRJ.png)>. Acesso em: 06 nov. 2018.

GASPAR, L. H. M.; AGUIAR, P. R. R. Desenvolvimento do município de Itaboraí durante o processo de instalação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. In: XXXV Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Fortaleza, 2015. *Anais Eletrônicos*. Disponível em: [http://www.abepro.org.br/biblioteca/TN\\_STP\\_214\\_267\\_26919.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_STP_214_267_26919.pdf). Acesso em: 28 ago. 2016

IASI, M. L. A crise do capital: a era da hipocrisia deliberada. *Revista Praia Vermelha*. v. 19, n. 1, Rio de Janeiro, p. 25-40, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2010: Resultados gerais da amostra*. Brasília, 2010. Disponível em: < [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados\\_gerais\\_amostra/resultados\\_gerais\\_amostra\\_tab\\_uf\\_microdados.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra/resultados_gerais_amostra_tab_uf_microdados.shtm)>. Acesso em: 05 out. 2015.

\_\_\_\_\_. *Cadastro Geral de Empresas*. Brasília, 2016. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca15/brasil>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

MARQUEZINO, G. M. S.; ARAÚJO, J. Uma análise da inserção do programa de aceleração do crescimento (PAC) no distrito de Itambi/Itaboraí-RJ e suas implicações no contexto socioambiental. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, Recife, v. 3, n. 2, 2014. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistamseu/index.php/revista/article/view/95>. Acesso em: 16 out. 2016.

MATTEI, L. Gênese e agenda do “novo desenvolvimentismo brasileiro”. In: IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira (AKB). Rio de Janeiro, 2011. *Anais eletrônicos*. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb/encontros/2011/10.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda? *Anais Eletrônicos 37º Encontro Anual da ANPOCS. Águas de Lindoia/SP*, 2013. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Milanez-2013--Neodesenvolvimentismo-e-neoextrativismo-duas-faces-da-mesma-moeda.pdf>> Acesso em: 11 dez. 2016

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Microdados. Brasil, 2016.

MOYSES, Y. Comperj e unidades de conservação: contradições no território. In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E X SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1. Rio Claro, *Anais...* Rio Claro: Unesp, p. 5858-5878, 2010.

\_\_\_\_\_. *Pescadores artesanais e Comperj: discursos ambientais e a disputa pela Baía de Guanabara*. Tese de Doutorado. 190 p. (Programa de Pós-Graduação em Geografia). Universidade Federal Fluminense). Niterói, 2016

OLIVEIRA, D. S. *Região metropolitana do Rio de Janeiro: confluências e disparidades*. A evolução da segregação sócio-espacial no contexto da RMRJ. 2005. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/4EncNacSobreMigracao/ST5-3.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2016

OLIVEIRA, A.; RODRIGUES, A. O. Industrialização na periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro: novos paradigmas para velhos problemas. *Semestre Económico*, v. 12, n. 24 (Edición especial), p. 127-143, 2009. Medellín, Colômbia. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/seec/v12nspe24/v12nspe24a8.pdf> . Acesso em: 23 ago. 2016.

OSÓRIO, M.; VERSIANI, M. H. O papel das instituições na trajetória econômico-social do estado do Rio de Janeiro. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*. Rio de Janeiro, julho/2013. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/view/9095>. Acesso em: 25 ago. 2016

PETROBRAS. Relatório da administração. Brasil, 2006 – 2015. Disponível em: <<http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/relatorios-anuais/relatorio-de-administracao>>. Acesso em: 05 jun. 2016

RIGOLON, F. J. Z. O investimento em infraestrutura e a retomada do crescimento econômico sustentado. *Revista Pesquisa Planejamento e Economia*, v. 28, n. 1, p. 129-158. Rio de Janeiro, abril/1998. Disponível em: <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/716/656>. Acesso em: 05 jun. 2016

RODRIGUES, T. A.; SALVADOR, E. As implicações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas políticas sociais. *SER Social*, Brasília, v. 13, n. 28, p. 129-156, jan./jun. 2011. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9689/1/ARTIGO\\_Impli-cacoesProgramaCrescimento.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9689/1/ARTIGO_Impli-cacoesProgramaCrescimento.pdf). Acesso em: 07 mai. 2016.

RUGITSKY, F. Milagre, miragem, antimilagre: a economia política dos governos Lula e as raízes da crise atual. *Revista Fevereiro*. 2016. Disponível em: <http://www.revistafevereiro.com/pag.php?r=09&t=03>. Acesso em: 15 mai. 2016

SANTOS, M. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000

\_\_\_\_\_. O dinheiro e o território. In: OLIVEIRA, M. P.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (orgs.). *Territórios, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Editora Lamparina, 3. ed., p. 13-22, 2007.

SOARES, D. G. *Conflito, ação coletiva e luta por direitos na baía de Guanabara*. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) UFRJ/IFCS. Rio de Janeiro, 2012. 168f.

SVAMPA, M. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: Um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (orgs.). *Descolonizar o imaginário: debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. Editora Elefante. Fundação Rosa Luxemburgo. Brasil, p.140-171, 2011.

VIEIRA, T. W. M. *Novo desenvolvimentismo e conflitos ambientais: o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e os pescadores artesanais da baía de Guanabara*. Dissertação de Mestrado (Pós-graduação em Ciências Ambientais e Conservação). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015. 126 f.

Recebido em: 26/07/2018

Aceito em: 23/11/2018

---

<sup>1</sup> Os municípios que compõem a região metropolitana do Rio de Janeiro são: Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica, Tanguá, Itaguaí, Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu.

<sup>2</sup> *Commodities* são produtos de origem agropecuária ou de extração mineral, em estado bruto ou em pequeno grau de industrialização, produzidos em larga escala e destinados ao comércio externo. Seus preços são determinados pela oferta e procura internacional da mercadoria. No Brasil, as principais *commodities* são o café, a soja, o trigo e o petróleo.